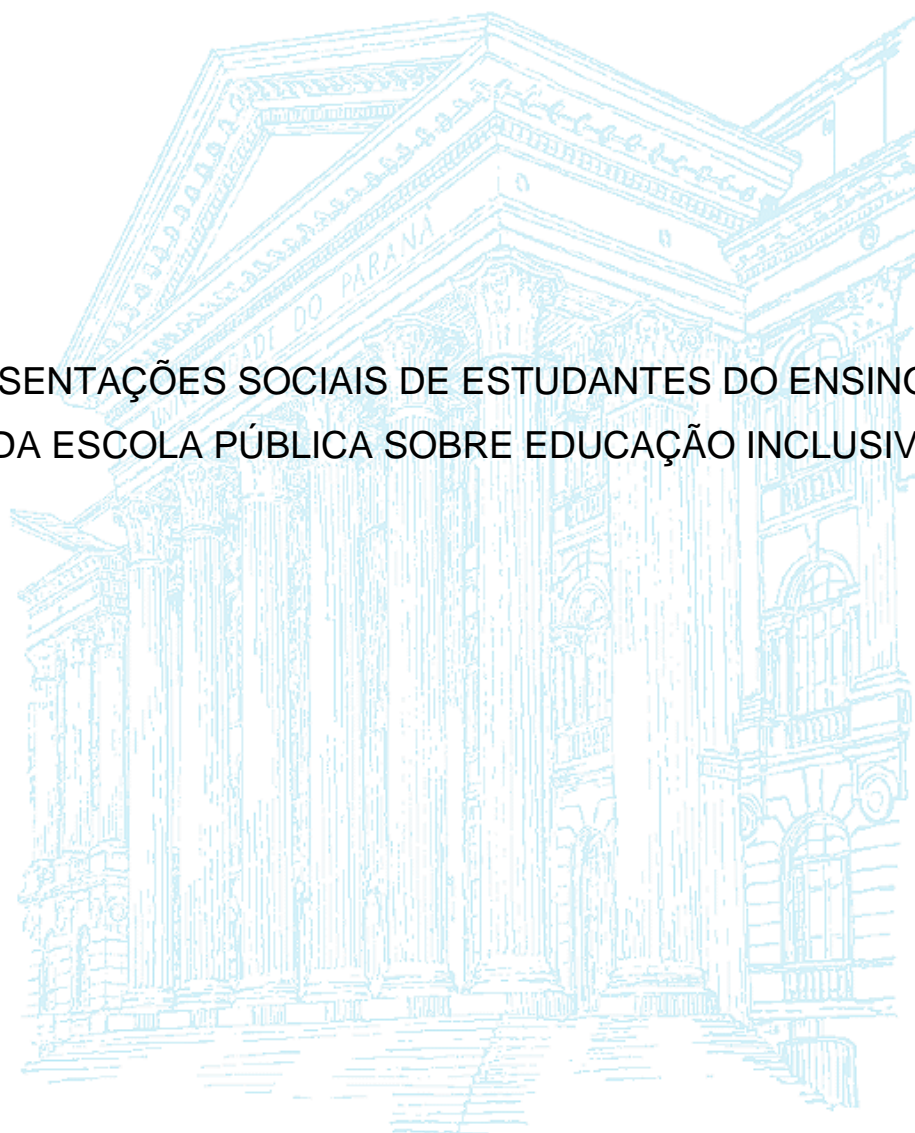


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCILIA VERNASCHI DE OLIVEIRA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA



ITAMBÉ/PR
2016

LUCILIA VERNASCHI DE OLIVEIRA

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO
DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora: Prof^a. Liliam Maria Orquiza

ITAMBÉ/PR
2016

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Lucilia Vernaschi de Oliveira¹; Liliam Maria Orquiza²

¹ Mestre em Educação pela UEM/PR. E-mail: luvernaschi@gmail.com

² Mestre em Ciência da Informação pela PUC Campinas, UFPR. E-mail: liliamorquiza@ufpr.br.

Resumo: A educação inclusiva deve ser uma ação político-pedagógica que garanta a todos/as os/as estudantes igualdade de direitos à aprendizagem, mas principalmente, que sejam dadas condições àqueles/àquelas que, por motivo de deficiência e diversidade, se beneficiem igualmente da função social da escola, que é a de ensinar e democratizar os bens culturais transmitidos em forma de conteúdos escolares. O objetivo da presente pesquisa foi o de investigar como ocorrem as representações sociais de educação inclusiva por estudantes de uma turma do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública paranaense. Participaram da pesquisa 25 alunos, que responderam a uma entrevista estruturada com seis questões, compostas por uma parte objetiva representada por dados estatísticos e outra subjetiva, discutidas por meio de análise de conteúdo, sustentada por teóricos de cunho psicossociais. Os resultados apontaram que os grupos de estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem constantes e os minoritários formados por diversidade humana necessitam ser melhor estudados e compreendidos em suas especificidades.

Palavras-chave: educação inclusiva; ensino médio; representações sociais

Abstract: Inclusive education must be a political-pedagogical action that guarantees all students equal rights to education, but mostly, they are given conditions to those who, because of disability and diversity, benefit equally from School social function, which is to be taught and democratize cultural assets transferred in the form of school subjects. The aim of this research was to investigate how occur the social representations of inclusive education for students in a class of third year of high school from a public school in Paraná. The participants were 25 students who answered a structured interview with six questions, composed by an objective party represented by statistic data and other subjective discussed through content analysis, supported by psychosocial nature of theoretical. The results showed that students from groups that have constant learning disabilities and minority formed by human diversity need to be better studied and understood in its specificities.

Keywords: inclusive education; high school; social representations

INTRODUÇÃO

A temática gênero e diversidade na escola têm nos levado a reflexões e a (re) construções de conceitos complexos e carregados de preconceitos e discriminações, estereótipos e estigmas, com relação a gênero e sexualidade, relações étnico-raciais, violência contra a mulher, *bullying*, diversidade, diferença, deficiência e inclusão, dentre outros que estão presentes no contexto escolar.

Desta forma, apontamos a necessidade de investigar, por meio de pesquisa científica, questões que se referem à educação inclusiva equânime, ou seja, que o ensino e a aprendizagem sejam, de fato, democratizados na e pela escola.

Para compreensão destas reflexões e inquietações tivemos como objetivo geral investigar como ocorrem as representações de educação inclusiva por estudantes de uma turma do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública brasileira. Os objetivos específicos foram: analisar as representações destes estudantes sobre educação inclusiva, identificando sua percepção em relação a existência de práticas inclusivas e/ou exclusivas, por diversidade ou deficiências. Identificar se já presenciaram ou presenciaram tais práticas discriminatórias e excludentes em sua sala de aula e na escola. Identificar se eles têm conhecimento sobre possíveis atitudes tomadas por professores e gestores diante de tais práticas, apontando quais atitudes foram tomadas. Revelar se algum/a estudante se inclui no grupo dos excluídos/as e se considera a educação inclusiva uma política adequada para a realidade de sua sala de aula e de sua escola.

Partindo desta premissa, questionamos: Quais as representações sociais (R) de educação inclusiva apresentam os/as alunos/as de uma turma do terceiro ano do ensino médio, e o que essas representações significam para o desenvolvimento escolar destes estudantes? Em virtude dos aspectos acima apresentados, afirmamos que a diversidade humana deve ser compreendida como construção histórica, social, cultural e política, que se realiza nas difíceis relações sociais e de poder.

METODOLOGIA

Participaram da pesquisa 25 estudantes de uma turma do terceiro ano do ensino médio (2015), no mês de outubro deste corrente ano, em uma escola pública de educação básica, que atende alunos dos anos finais do ensino fundamental, médio e profissionalizante, localizada na região noroeste do estado do Paraná.

A opção por realizar a pesquisa no terceiro ano da educação básica, deve-se ao fato de acreditarmos que neste nível de ensino estes estudantes já vivenciaram situações relativas à inclusão ou exclusão no contexto escolar (por diferenças ou deficiências) e, por isso, conseguem representá-las com mais facilidade.

Os participantes responderam, individualmente, a um questionário fechado contendo seis questões, sendo que a primeira parte delas foram analisadas de forma objetiva (dados estatísticos), e a segunda, subjetivamente (análise de discurso), conforme categorias de análise. Na sexta questão, o/a respondente é convidado/a a indicar sua identidade de gênero, bem como autoatribuir-se um pseudônimo, pelo qual é identificado na análise dos resultados e respeitado/a em suas individualidades.

O referencial teórico metodológico que sustentou a pesquisa fundamenta-se em autores de cunho sócio-histórico, como Vigotsky e Moscovici. A análise de dados deu-se de forma quanti-qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de facilitar nossa análise e discussões, para a parte objetiva, além do seu respectivo número de ordem, acrescentamos as letras A (parte objetiva) e B (parte subjetiva).

No que se refere à questão **01-A**, foi perguntado aos participantes se já tinham ouvido falar na expressão “educação inclusiva”, que daqui em diante será representada por "EI".

O resultado nos mostra que pouco mais da metade, 13 (52%) dos/as pesquisados/as, ainda não conheciam a expressão EI, e 12 (48%) afirmaram conhecer esta expressão. Isso nos leva a refletir sobre a necessidade de a escola

discutir com os/as alunos/as políticas públicas de inclusão escolar e social e refletir sobre a promoção de ações inclusivas no contexto escolar.

No que se refere à questão **01-B**, foi solicitado que justificassem a relevância ou não da EI. A seguir, apresentaremos as vozes que representam as justificativas para o questionamento. Para melhor organizar as representações dos/as participantes, classificamo-las em quatro categorias de análise: **igualdade de direitos, respeito às diferenças e diversidades, acesso à aprendizagem/escolaridade, sentimento de sofrimento/exclusão.**

a) Igualdade de direitos

“Todos nós somos iguais perante a lei, e devemos tratar os outros igual queremos ser tratados”. (Lore)

“As pessoas tem o direito de viver em uma boa sociedade”. (Débs)

“Sim, pois ela coloca todos em nível de igualdade”. (Leto Die)

“Sim, porque todos somos iguais, temos os mesmos direitos”. (Nick)

“Sim, porque todos merecem educação independente de uma raça, credo etc”. (Yara)

“Sim, pois garante a igualdade de direitos para todos, independentemente de etnia, deficiência etc”. (Cris)

“Sim, porque cada indivíduo merece respeito e igualdade, independentemente de seu físico/psicológico”. (Tati)

A EI para pessoas com deficiência está amparada em vários dispositivos legais, como na Constituição Federal de 1988, na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente entre outros. No entanto, além deste alunado, a escola precisa atender a demanda de outros/as excluídos/as, seja por identidade de gênero e orientação sexual, seja por raça/etnia, por diferenças no biotipo e outros.

Em virtude dos aspectos acima apresentados, reafirmamos que a diversidade humana deve ser compreendida como construção histórica, social, cultural e política, que se realiza nas difíceis relações sociais e de poder, e como estudado aqui neste trabalho, especificamente em sala de aula e na escola, amparadas em todos os dispositivos legais que resguardam os direitos e deveres e promovem a equidade entre os seres humanos. Em outras palavras, é legal que o sistema educacional seja transformado em sistema educacional inclusivo.

b) Respeito às diferenças e diversidades

“Sim, porque tem como objetivo incluir todos, independente de suas diferenças”. (Cah)

“Sim, porque é necessário respeitar as pessoas independente de cor, classe social, biotipo...”. (Josefina)

“Sim, pois ajuda a perceber que as diferenças não afetam o caráter ou a inteligência da pessoa”. (José I)

“Sim, porque qualquer meio que respeite as diversidades é importante”. (Selene)

Em se tratando de diversidade no contexto escolar, esta pode ser respeitada ou negada, pois na relação professor/a aluno/a e alunos/as versus alunos/as o que se destaca em relação ao “sofrimento”, conforme os depoimentos em análise, é em relação à diversidade, as questões ligadas a identidade de gênero e orientação sexual, à discriminação pela raça, em especial a negra, por etnias menos valorizadas e por valores sociais tidos como exclusivos, portanto entendidos como superiores.

No livro intitulado “Gênero e diversidade na escola”, os autores ao discorrerem sobre diversidade cultural no Brasil, afirmam que é preciso considerar a origem das famílias e as diferenças culturais entre elas. Acrescentando, expõem que: “[...] encontramos indivíduos que não são iguais, que têm especialidades de gênero, raça/etnia, religião, orientação sexual, valores e outras diferenças definidas a partir de suas histórias pessoais”. (GÊNERO e diversidade na escola, 2009, p.23). Respeitar estas diversidades deve ser imperativo na formação acadêmica, pois é na escola que deve ser desmistificado conceitos do senso comum, aqui, em especial, os que levam a danos à formação humana dos/as estudantes.

b) Acesso à aprendizagem/escolaridade

“[...] as pessoas que têm deficiência deveriam ser tratadas de forma especial, pois se os professores não conseguem dar atenção a todos os alunos normais, imagina em uma sala que terá alguém que precise de atenção em dobro”. (Margarido)

“É importante, pois todos que são incluídos conseguem ter acesso à aprendizagem”. (Vika)

“É de suma importância o respeito com todos, acima das diferenças, todos possuem o mesmo objetivo perante a escola, é necessário manter o foco [...]”. (Finny)

“Sim, pois a educação inclusiva deve atender as necessidades educativas de todos os alunos”. (Leka)

As afirmações acima demonstram que a própria expressão e política pública EI nos aponta para a garantia da aprendizagem na escola, uma vez que a função primeira desta instituição é a transmissão dos conhecimentos que acontece por meio de interações sociais. Em seus pressupostos científicos, Vygotsky, teórico russo (1896-1934), afirmou que, enquanto sujeitos sociais nos constituímos nas relações e

trocas entre pessoas, para somente depois internalizarmos essas aprendizagens e valores culturais.

É imperativo que práticas pedagógicas inclusivas sejam para todos/as os/as estudantes, indistintamente, sejam para os que apresentam deficiências, para os grupos minoritários excluídos, como os que se enquadram em diversidade de gênero, raça/etnia e outros, pois “[...] é no ambiente escolar que os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercer o direito à diferença” (GÊNERO e diversidade na escola, 2009, p.33). Nesse sentido, é necessário que se contextualize e flexibilize o currículo para atender as necessidades dos sujeitos da aprendizagem.

Prosseguindo, apresentaremos a experiência individual dos/as alunos/as sobre violência na escola.

c) Sentimento de sofrimento/exclusão

“Sim, porque as pessoas com gênero diferente tá sentindo excluídos, tendo a prática, ela vai perceber que vai ter pessoas ao seu lado, sendo assim, se sentindo aceito”. (Milly)

“É importante para que todos nós não sejamos tratados com diferenças”. (Bea)

“Considero importante justamente por incluir diversos gêneros convivendo harmoniosamente entre si”. (Barbie)

“Sim, é importante, para que não aconteçam preconceitos e injustiça com alguns alunos”. (Maria I)

“Sim, muitas pessoas sofrem por não se sentirem inclusas no ambiente escolar. O conhecimento sobre o assunto afeta positivamente na aceitação”. (Hingrid)

De acordo com o depoimento dos/as alunos/as, a EI é necessária para coibir práticas, muitas vezes inconscientes por parte de quem as pratica, mas altamente maléficas por quem as sofre.

No sentido de aprofundar nosso entendimento, direcionamos a questão **2-A** perguntando aos estudantes se percebiam práticas inclusivas em sala de aula. Apesar de 16 (64%) das respostas demonstrarem que os/as estudantes percebem práticas inclusivas em sua sala de aula, 09 (36%) afirmaram não perceber tal prática, o que justifica as representações a seguir, na questão **02-B**.

Em síntese, as respostas sobre as principais qualidades que consideram que os gestores, equipe técnico-pedagógica e professores da escola devem ter para promover a EI.

“Que conversem e conscientizem mais os alunos para que não aconteçam preconceitos e discriminações; procurem informações sobre a convivência entre os jovens; promovam atividades inclusivas; não tratem alunos

diferentes com indiferença; não privilegiem e nem rejeitem alunos por suas diferenças; que saibam agir perante as discriminações; que ensinem os alunos a respeitar as diferenças e que conscientizem os alunos sobre preconceitos e bullying”.

Ao analisar as principais qualidades dos envolvidos no processo de ensino, fica evidente o que os/as alunos/as esperam destes profissionais ao se tratar da EI. Dito de outra forma, os/as pesquisados/as foram pontuais ao afirmar: precisamos ser ensinados, guiados e orientados sobre diversidade; precisamos ser ajudados em nossa formação acadêmica e humana, para respeitarmos e sermos respeitados em nossas individualidades, enquanto seres únicos e diversos ao mesmo tempo. A esse respeito, Nogueira (2014) e Sierra (2014) demonstram o quão urgente e necessário deve ser o trabalho educativo no sentido de desmistificar padrões e comportamentos que elegem a discriminação, a aflição e a exclusão social, pela avaliação cruel e arbitrária no que se refere à heterogeneidade humana.

Assim sendo, em relação à questão **03-A**, a grande maioria, 15 (60%) dos/as entrevistados/as, afirmou já ter presenciado atitudes preconceituosas e discriminatórias em sala de aula ou na escola, sendo que 10 (40%) dos/as pesquisados/as afirmaram não ter presenciado tais atitudes.

Esta realidade escolar nos aponta para a necessidade de se fazer um trabalho educativo, decorrente de discussão coletiva entre os envolvidos no processo ensino e aprendizagem e que esteja presente no Projeto Político Pedagógico da Escola, no sentido de coibir e punir atos desta natureza, o que veremos na sequência **03-B**.

Ao serem perguntados se já presenciaram ou presenciam atitudes preconceituosas e discriminatórias com alunos/as excluídos/as por deficiência ou diversidade, e como a escola reagiu/reage frente a estes comportamentos, responderam:

“Presenciei atitudes preconceituosas com homossexuais, negros e asiáticos em outras escolas, mas não vi atitudes da escola”. (Cris)

“Coação pela pessoa excluída e isso é geralmente omitido pelos alunos”. (Cah)

“Já vi vários tipos de preconceito na escola, não presenciei solução”. (Yara)

“Uma aluna com retardo mental na escola era motivo de piadas no colégio todo. O colégio tentou resolver mas não conseguiu”. (Lore)

“Ficaram zoando um aluno por ele ter um estilo diferente, e a escola não fez nada”. (Margarido)

“Atos preconceituosos tanto pela cor da pele, tanto pelo corpo, porém a escola não tomou providência”. (Tati)

“Nítida a exclusão de grupos sociais dentro da escola, a escola normalmente reage tentando a aproximação e a interação desses alunos com outros”. (Finny)

“Preconceito contra cabelos cacheados e crespos, a escola conversou com o agressor”. (Lecka)

“Presenciei muitas cenas de preconceito com algum tipo de deficiência. A escola suspendeu o aluno”. (Ana)

“Ser excluído por ter hábitos diferentes é muito comum no meu colégio. As pessoas tiram sarro e fazem piadas”. (Bea)

“Zuando os alunos pelo jeito de ser”. (s/p)

“São vários os preconceitos na escola, geralmente são tratados como brincadeiras”. (Hingrid)

“Em escolas esse aspecto se passa como bullying, a escola chama a polícia e não sei mais o que acontece nunca presenciei um. (Thati)

“Dificuldades de ensino, não dão a mínima atenção”. (s/p)

Os/as entrevistados/as externalizaram o como e o quanto a escola é um “campo minado” de atitudes preconceituosas e discriminatórias, e o pior, denunciam a fragilidade e incapacidade dela (da escola) em administrar conflitos desta natureza. Quando toma alguma atitude para conter a violência na escola, quase sempre não é no sentido de coibir, de conscientizar, de ensinar os/as jovens a conviver e a respeitar diferenças e diversidades. Gentili (2001) e Freller et al. (2013) chamam a nossa atenção sobre as contradições da sociedade capitalista neoliberal, que gera e mantém a exclusão social e escolar, muitas vezes por meio de políticas públicas excludentes.

Sobre não ter sofrido ou sofrer violência por questões individuais de diversidade de e/ou deficiência, na questão **04-A**, 19 (76%) dos/as entrevistados/as afirmaram não ter passado tal situação. No entanto, 04 (16%) revelaram ter sofrido violência e 02 (08%) sofreram e sofrem exclusão em sala de aula e/ou na escola.

Os dados acima revelam que a violência no contexto escolar é uma realidade que precisa ser discutida, debatida e tida como crime contra o ser humano.

Após responder ao questionamento se foram ou são vítimas de exclusão em sala de aula ou na escola, explicaram quais as providências tomadas por professores, equipe pedagógica e gestores **4-B**, conforme os depoimentos a seguir:

“Deveriam tomar providências para cada aluno e tratamento psicológico”. (Thati)

“Sofri bullying por ser acima do peso, a escola não tomou nenhuma atitude. Pararam por eu ter mudado meu estado físico”. (Milly)

“Ser considerado burro, por ter dificuldades, trabalhar e coordenação dizer ‘não tem nada a ver com isso’ e não aceita declarações para justificar faltas”. (s/p)

“Mesmo com a minha sexualidade, nunca sofri preconceito”. (Hingrid)

“Os alunos foram advertidos. (Lecka)

“Já fui vítima de exclusão, as providências tomadas foram que eu não devia ligar para isso, e se alguém falasse algo era só ignorar”. (Débs)
“Sofri preconceito por não ter a mesma quantidade de dinheiro que meus colegas tinham. Ninguém toma providências”. (Selene)
“Já fui vítima de exclusão pela minha religião. Providência: conscientização”. (Cah)
“As pedagogas realizam a ressocialização dos alunos incluindo-os em atividades de grupo”. (Fanny)

Mais uma vez se constata a impotência da escola (na maioria das vezes) em lidar com atitudes excludentes. O depoimento do/a aluno/a Tati: “Deveriam tomar providências para cada aluno e tratamento psicológico”. Neste caso, tomar providências é um pedido de socorro, de ajuda, de solução para tais impasses! “Tratamento psicológico” se retrata a sofrimento emocional de quem sofre violência ou de adequação de comportamento, de quem o causa. Na verdade, é o reforço ao grito de socorro!

Outro depoimento traz em seu discurso marcas de vivência das consequências da exclusão: “Ser considerado burro, por ter dificuldades, trabalhar e coordenação dizer 'não tem nada a ver com isso' e não aceita declarações para justificar faltas” (s/p). As implicações deste relato nos levam a refletir sobre: a EI deve atender as “especificidades de aprendizagem”, com flexibilização curricular, trabalho com monitoria, trabalhos em grupos e tantos outros; a necessidade de conciliação entre “trabalho e estudo”, o que não é tarefa fácil, principalmente para quem necessita de atendimento para complementar os estudos realizados em sala de aula; e, principalmente, o “discurso excludente” da escola.

Nas palavras de Débs: “Já fui vítima de exclusão, as providências tomadas foram que eu não devia ligar para isso, e se alguém falasse algo era só ignorar”. Calar-se diante de provocações? Não teria a escola outra forma de enfrentar este ato de violência?

Nesse sentido, afirmamos que se não é fácil para o/a aluno/a gerir e administrar estes obstáculos que comprometem ou podem comprometer em diferentes graus sua aprendizagem, é preciso acreditar na possibilidade de a EI contribuir para sua superação, pois “o caráter das representações sociais é revelado especialmente em tempos de crise e insurreição, quando um grupo, ou suas imagens está passando por mudanças” (MOSCOVICI, 2015, p. 91).

Ao serem questionados se consideram a EI uma política adequada para a realidade da sala de aula e da escola em que estudam, quase a totalidade 24 (96%)

dos/as alunos/as, ao responderem à questão **05-A**, considera a EI importante e necessária para sua realidade escolar, enquanto 01 (4%) discorda desta política educacional.

Sobre a EI ser uma política pública adequada para a realidade da sala de aula e da escola que estudam (**5-B**), de forma geral, a maioria dos/as pesquisados/as afirmou que a EI é adequada para sua realidade escolar, pois todos/as devem tratar e ser tratados com igualdade e respeito. No entanto, alguns depoimentos são pertinentes a reflexões, como se segue:

“Temos na sala uma aluna homossexual, mas isso não afeta seu relacionamento perante os outros alunos.” (José I)

“É importante que haja uma política adequada sobre EI, pois há muitos alunos que não sabem sobre o assunto e comentem atitudes preconceituosas”. (Maria I)

“É uma realidade que vivemos hoje em dia”. (Bea)

“No colégio há bastante inclusão em todos os aspectos”. (José II)

Mantoan (2006) recomenda a educação inclusiva que acolhe a todas as pessoas, indistintamente, respeitando as suas diferenças e garantindo a todos/as o direito a educação de qualidade. Com base no discurso dos/as pesquisado/as e nas ideias da autora citada, a EI está posta na escola e em todas as esferas sociais. No entanto, ela (a escola) precisa, com urgência, entender o real sentido desta política pública e conscientizar seus/suas alunos/as de seus limites e possibilidades, e, por meio do diálogo, do conhecimento científico, de contribuições de profissionais da saúde, do direito, da educação e de outras áreas afim, apostar e lutar pela EI de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das vozes dos alunos/as pesquisados/as, vemos que a escola inclui mais e melhor os/as estudantes que conseguem superar suas dificuldades de aprendizagem, pois o conhecimento, neste aspecto é libertador. No entanto, nos casos em que apenas a igualdade de acesso não é suficiente para garantir condições de igualdade de aprendizagem, como no caso de grupos mais vulneráveis, o Estado precisa direcionar e prover melhores políticas públicas para

essas especificidades, como no caso do/a pesquisado/a que afirmou a necessidade de tratamento psicológico para quem sofre ou pratica preconceito e discriminação na escola, ou seja, existem questões de cunho emocional que interferem nas interações em sala de aula, na aprendizagem e na formação pessoal e coletiva dos/as jovens.

Em decorrência desta diversidade humana, o nosso olhar educador deve estar atento para percebermos que há diferenças entre as diferenças, ou seja, diferenças múltiplas nos próprios grupos de excluídos, e não apenas binárias, como a maioria é levada a acreditar.

Assim sendo, a pesquisa sobre as representações que os/as estudantes do ensino médio fazem da educação inclusiva foi providencial para apontar a necessidade de se (re) pensar políticas públicas para formação inicial e continuada de professores/as sobre a temática diversidade e deficiências na escola, de como lidar com esta realidade tão presente e, ao mesmo tempo, tão complexa, no fazer pedagógico, na elaboração dos currículos, expressos no projeto político pedagógico.

Enfim, esperamos que os resultados deste trabalho possam contribuir, de alguma forma, para que novas representações sociais sejam elaboradas sobre práticas educativas inclusivas, aspecto que constatamos contraditório e fragilizado, sendo assim, novas pesquisas desta natureza precisam ser realizadas para que, com isso, a escola seja, de fato, inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 de jul.2015.

_____. **Lei nº 9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 de jul. 2015. de jul. 2015.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em: 02 de out. de 2015.

FRELLER, C. C; CROCHÍK, J. L; KOHATSU, L. N; DIAS, M. Á. de L. e; CASCO, R. **Inclusão e Discriminação na Educação Escolar**. Campinas: Alínea, 2013.

GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras (es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. 266 p.

GENTILI, P. **Pedagogia da Exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 8. ed. Petrópolis. Vozes, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NOGUEIRA, J. F. A. A normalidade em suspeita: quando a diferença joga no labirinto. In: SIERRA, J. C.; SIGNORELLI, M.C. (Orgs.). **Diversidade e Educação**: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral, 2014, p.171-182.

SIERRA, J. C. Sobre vampiros e outros monstros sexuais. In: SIERRA, J. C.; SIGNORELLI, M.C. (Orgs.). **Diversidade e Educação**: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral, 2014, p.183-194.

SIGNORELLI, M. C. Violência de gênero: um desafio para a educação. In: SIERRA, J. C.; SIGNORELLI, M.C. (Orgs.). **Diversidade e Educação**: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral, 2014. p. 49-64.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **A Formação Social da Mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WANZINACK, C. Bullying e cyberbullying: faces silenciosas da violência. In: SIERRA, J. C.; SIGNORELLI, M.C. (Orgs.). **Diversidade e Educação**: intersecções entre corpo, gênero e sexualidade, raça e etnia. Matinhos: UFPR Litoral, 2014. p. 68-81.